

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Revista Portuguesa de Historia

t. XXXVI (2002-2003)

pp. 275-282 (vol. 2)

Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do Século XIX

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES

JOÃO JOSÉ ALVES DIAS

Universidade Nova de Lisboa

O interesse pela Maçonaria, sempre vivo e motivante, até em épocas de repressão, tem suscitado nas últimas décadas um conjunto cada vez mais numeroso de estudos históricos. Na vizinha Espanha, são às dezenas as monografias publicadas, geralmente por investigadores não maçons. Aqui em Portugal também se trabalha, embora menos, até porque os arquivos e as fontes maçónicas oitocentistas são pobres e não permitem - salvo para casos esporádicos ou a partir de 1892 - a elaboração de análises estatísticas de lojas. Ora, sem elas, é difícil e muitas vezes aleatório dissertar correctamente sobre Maçonaria e sobre o seu impacte na sociedade.

Toda e qualquer visão do Porto oitocentista que abstraia do fenómeno maçónico tem necessariamente de pecar por omissão. O Porto era a segunda cidade do País e uma cidade com um ritmo de crescimento muito acelerado. O seu dinamismo em termos económicos, financeiros e culturais fazia dele um perigoso rival da própria Lisboa. O seu papel na movimentação política pusera-o, sucessivas vezes a partir de 1820, na vanguarda de Portugal. Sendo assim, a Maçonaria teria necessariamente de existir e de ocupar um lugar de relevo na história da cidade.

E a determinação desse lugar que vai constituir o objecto do presente trabalho.

Nos começos da década de Noventa do século XIX, a Maçonaria em Portugal - o Grande Oriente Lusitano Unido -, embora relativamente numerosa quanto a lojas, achava-se concentrada em muito poucos núcleos. No Continente do Reino existiam 17 oficinas em Lisboa e 6 no Porto. Fora do Continente, a Ordem Maçónica estava limitada aos Açores - 3 lojas na Horta -, à Madeira - 1 loja no Funchal - e a Angola - 1 loja em Moçâmedes. Na dependência do Grande Oriente Lusitano achavam-se ainda 6 lojas espanholas, vestígio das dezenas que se tinham abrigado à sua sombra na década de Setenta, e 2 romenas.¹ Assim, e pondo de parte as oficinas estrangeiras, sem impacte em Portugal, e as oficinas coloniais, de reduzida importância, a Maçonaria portuguesa confinava-se a Lisboa, ao Porto, à Horta e ao Funchal. Finda a grande época de florescimento dos meados do século XIX, em boa parte explicável pela íntima ligação com a política e com as crises de crescimento do Liberalismo, a Ordem Maçónica reduzia-se, com poucas excepções, às cidades onde havia condições culturais e tradição bastante para poder singrar.

Em termos demográficos, o povo maçónico dependente do Grande Oriente Lusitano Unido ascendia a 1139 iniciados.² Havia que descontar, todavia, os irmãos espanhóis - 222 ao todo - e os irmãos romenos, em número de 65, o que fazia baixar os maçons portugueses para 852 e os do Continente e Ilhas para 817. Destes, 263 (32,2%) concentravam-se no Porto, com uma média de quase 44 obreiros por loja revalorizando com 33 obreiros nas restantes.³

Desde logo se concluiu que os maçons do Porto estavam um pouco mais unidos do que os seus irmãos de Lisboa, possibilitando menos lojas e mais obreiros por loja.

Em relação para com a população “maçonizável” - varões maiores de 21 anos, sabendo ler e escrever - a proporção do povo maçónico de Lisboa era de 1/102,5 habitantes, e a do Porto de 1/86,19, o que significava uma um pouco mais alta taxa de “maçonização” para a Cidade Invicta. Já em termos de distrito,

¹ Dados colhidos a partir do “Livro de Matrícula nº 1” do Grande Oriente Lusitano Unido (Lisboa, Arquivo do Grémio Lusitano) e do *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* de A. H. de Oliveira Marques, vols. I e II, Lisboa, Editorial Delta, 1986. Para as lojas espanholas, cf. João José Alves Dias, “Estrutura social das últimas Lojas do G. O. * L. U. em Espanha (1892)”, in *La Masonería en la España del Siglo XIX*, II, *II Symposium de Metodología Aplicada a la Historia de la Masonería Española*, Salamanca, 2 — 5 de Julio de 1985, coordenação de J. A. Ferrer Benimeli, tomo II, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1987, pp. 683-703.

² João José Alves Dias, *ob. cit.*, p. 685.

³ Cálculos efectuados a partir do mencionado “Livro de Matrículas nº 1” do Grande Oriente Lusitano Unido.

a proporção no de Lisboa era de 1/136,9 ao passo que, no do Porto, passava de 1/213.⁴

Olhemos um pouco mais demoradamente para as oficinas do Porto. Eram elas a *Liberdade*, n.º 164; a *Independência*, n.º 166; a *Honra e Dever*, n.º 167; a *Independência Lusitana*, n.º 168; a *Pátria*, n.º 172; e a *União Latina*, n.º 173. Tudo lojas recentes, fundadas, a mais antiga em 1886 e as duas mais modernas em 1891.⁵ A Maçonaria do Porto parecia ter poucas ligações com o passado e resultar antes de um movimento recente de renovação e criação *ab ovo*. As gloriosas oficinas portuenses do passado, todas elas ligadas à tradição do Vintismo e das lutas liberais subsequentes tinham desaparecido nas décadas de Sessenta e Setenta sem deixar continuadores. Talvez por isso, também, o tradicional Rito Francês desaparecera, substituído pelos mais ritualistas Rito Escocês Antigo e Aceite e Rito Simbólico, este último sem grande tradição em Portugal. A atestar esta “juventude” das lojas portuenses estava a modernidade das iniciações. Dos 263 irmãos, 193 (73%) haviam sido iniciados a partir de 1887 e só os restantes 27% provinham de épocas mais recuadas. Em grande parte devido a isto, não havia entre os maçons portuenses activos à época gente muito importante ou nacionalmente conceituada. Entre as pessoas de maior projecção contavam-se o advogado Alves da Veiga, o lente da Academia Politécnica Joaquim Azevedo de Sousa Vieira da Silva Albuquerque, o actor Miguel Verdial, o lente da Academia de Belas Artes Joaquim Augusto Marques Guimarães, o Inspector do Serviço de Incêndios Guilherme Gomes Fernandes, o proprietário do jornal *A Vida Moderna* José António Castanheira e o professor e jornalista Heliodoro Salgado.

Vieiram a ter fama futura alguns outros, à época ainda bastante jovens, como o médico Adriano Augusto Pimenta, o cineasta Aurélio da Paz dos Reis, o advogado António Claro ou o matemático Duarte Leite Pereira da Silva.

A distribuição dos 263 maçons portuenses pelas seis lojas não era uniforme. Havia duas grandes lojas, a *Independência* com 65 obreiros e a *Independência Lusitana* com 64, duas lojas médias, a *Honra e Dever* com 52 e a *Liberdade* com 40, e duas lojas pequenas, a *União Latina* com 28, e a *Pátria* com 14 obreiros

⁴ Cálculos efectuados a partir do *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. II, Lisboa, 1900. Havia na cidade de Lisboa 56 795 varões maiores de 20 anos sabendo ler e escrever e, na cidade do Porto, 22 669 nas mesmas circunstâncias. Nos distritos de Lisboa e do Porto os números correspondentes eram, respectivamente, 75 862 e 56 085. Em todo o País (Continente e Ilhas) havia então 392 635 varões maiores de 20 anos sabendo ler e escrever.

⁵ A.H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Delta, 1986.

apenas. Ambas estas lojas tinham resultado de dissidências, em 1891, no seio das duas oficinas maiores.

O grosso dos irmãos (quase 44%) nascera no distrito do Porto, com uma elevada percentagem de naturais da própria cidade. Vinham depois irmãos residentes no Porto mas nascidos noutros distritos nortenhos, alguns (muito poucos) naturais do Sul e uns quantos nascidos fora do País, com relevo para o Brasil. Eram, na sua grande maioria, gente moça, tendo mais de 50% entre 21 e 30 anos, e 28% entre 31 e 40 anos. O maçom mais velho não ultrapassava os 58 anos e era só um. Em parte por causa disso e em parte porque a Maçonaria sempre atraiu os homens privados de família, 49,6% dos maçons portugueses eram solteiros e só 46,6% casados e 3,7% viúvos.

Quanto a profissões, uma maioria folgada (mais de 67%) dos maçons portugueses, estava ligada ao negócio. Eram comerciantes, agentes comerciais, industriais e empreiteiros. Quase 5% outros definiam-se como proprietários e capitalistas, estando, conseqüentemente, ligados também ao mundo dos negócios. Só a grande distância deste grupo é que vinham os professores (5,7%), os funcionários públicos (5,3%), os incluídos nas profissões liberais (4,2%) e nos serviços (1,5%), os estudantes (1,9%), os jornalistas (1,5%), os engenheiros (1,5%), os artistas (0,7%) e, por fim, os clérigos e os militares (0,3%), de acordo com o seguinte quadro:

Profissões	Nº de maçons	%
Homens de Negócio	178	67,7
Professores	15	5,7
Funcionários Públicos	14	5,3
Proprietários e capitalistas	12	4,6
Homens de Leis	6	2,3
Médicos	5	1,9
Estudantes	5	1,9
Serviços	4	1,5
Jornalistas	4	1,5
Engenheiros	3	1,1
Artistas	2	0,7
Clérigos	1	0,3
Militares e para-militares	1	0,3
Desconhecidos	13	4,9
Total	263	99,5

Dentro dos homens de negócio haveria, sem dúvida, que distinguir entre comerciantes e industriais por conta própria, e empregados. Infelizmente, a documentação não é bastante precisa para o conseguirmos. Nos dois polos surgem 18 ditos “industriais” e 26 empregados no comércio, além de 5 “agentes comerciais”. Subsiste, porém, a dúvida, se os restantes 214 (a que teríamos de somar os “industriais”) eram todos donos de estabelecimentos ou se não se contariam entre eles alguns ou muitos assalariados.

De entre os negociantes sobressaíam os ourives, em número de 12, mencionando-se também farmacêuticos, alfaiates, um livreiro-editor, um empreiteiro, um pasteleiro, um armador, etc. De uma maneira geral, todavia, não era especificado o ramo de negócio.

Entre os professores, contavam-se três lentes da Academia Politécnica, um lente da Academia de Belas Artes, um professor do ensino livre, um professor de Música e um director de um colégio. Entre os funcionários públicos sabemos que existiam um Inspector da Saúde, um Contador da Relação, diversos ligados à Alfândega e aos Telégrafos, etc. Os Homens de Leis eram todos advogados e solicitadores. Dos dois artistas, um dizia-se actor e o outro - aliás um americano de nome Marx -, simplesmente “artista”, mas certamente ligado ao teatro visto ter escolhido, como nome simbólico, Shakespeare.

Loja a loja se afirmava o predomínio do homem de negócios, embora com percentagens variáveis. Era na *Honra e Dever* que ele mais peso tinha, com quase 85%. Também na loja *Independência Lusitana* os negociantes predominavam com 75%. Baixavam depois para 66,1% na *Independência*, 60,7% na *União Latina* e 50% na *Pátria*. Só na loja *Liberdade* é que não detinham a maioria absoluta, limitando-se a 47,5%, embora a grande distância dos grupos profissionais mais próximos. Era aliás nesta Loja, como também na *União Latina*, que se diversificavam um pouco mais as profissões dos obreiros.

De qualquer forma, a Maçonaria portuense do começo da década de Noventa era, sem sombra de dúvida, uma Maçonaria controlada pelas actividades do comércio e da indústria, gente activa, laboriosa, jovem e naturalmente pouco propensa a grandes doutrinações filosóficas ou políticas. A Ordem Maçónica interessava-lhe mais como instrumento de solidariedade, de protecção e de entre-ajuda do que como meio de acção subversiva ou crítica da sociedade da época.

Os nomes simbólicos

Quando um neófito é confrontado com o problema de ter de escolher, no acto da iniciação, um novo nome, um nome que lhe diga algo e com que passará a ser conhecido entre os maçons, depara muitas vezes com uma opção difícil.

Pode escolher um símbolo (Nemo, Omicron)⁶ ou uma alegoria (Heroísmo, Democrata) daquilo que ele próprio gostaria de ser ou de sentir; pode escolher uma personagem histórica (Viriato, Femão Vasques) ou mitológica (Ajax, Golias) que diga algo à sua maneira de viver; pode escolher um facto (Regicida) ou uma personagem ligada a esse facto (Marat, Robespierre) que lhe diga algo à sua maneira de actuar; ou pode ainda escolher o nome de um familiar ou amigo (Raúl) ou de um personagem que não seja de imediato identificável (Jacques, Ângelo); ou pode ainda inventar esse nome (Zimão?).⁷

Não se julgue, contudo, que todos os nomes simbólicos são pensados ao longo de meses e reflectem a mais profunda identificação do iniciado. Muitos resultam da necessidade rápida de ser escolhido um novo nome, aquando da estadia na chamada “câmara de reflexões”⁸ e podem corresponder apenas a uma lembrança momentânea. Assim se pensa num nome, ou num símbolo, ligado por vezes à profissão ou à conjuntura.⁹ No entanto, seja o nome simbólico escolhido com tempo ou sem ele, reflecte sempre, por um lado, a ideologia de quem o apontou e, pelo outro, a sua própria cultura. O alfaiate que escolheu o nome do poeta romano Horácio ou o armador que elegeu o poeta italiano Dante ou ainda o jornalista e o negociante que escolheram o mártir da Ciência do Renascimento Giordano Bruno demonstram a cultura que detêm.

Dos 263 maçons que compunham as 6 lojas do Porto de 1893, 104 (39%) escolheram nomes simbólicos de personalidades estrangeiras, enquanto apenas 134 (50%) preferiram nomes de portugueses. Nomes alusivos a símbolos ou a figuras mitológicas e geográficas foram eleitos por 16 pessoas (6%), desconhecendo-se o nome escolhido por 10 maçons (4%).

Divididos por nacionalidades, os nomes simbólicos estrangeiros correspondiam às seguintes percentagens: franceses - 39%; greco-romanos - 14%; italianos - 13%; alemães - 7%; espanhóis - 4%; ingleses - 4%; brasileiros - 3%; irlandeses - 2% e americanos - 2%; repartindo-se o resto por suíços, chineses, persas,

⁶ São apenas dados como exemplo nomes simbólicos escolhidos pelos maçons portugueses que faziam parte das lojas em 1892.

⁷ Exemplifiquemos com algumas dificuldades que futuros historiadores sentirão ao identificar três nomes simbólicos cuja explicação conhecemos: Cacoila (alrunha do falecido Teófilo Carvalho dos Santos no tempo de escola); Silfer (contração dos apelidos Silva e Ferreira); Gonçalves de Arouet (Gonçalves, nome de família, e Arouet, nome de família de Voltaire).

⁸ “Câmara de reflexões”, nome dado ao compartimento onde o neófito aguarda a sua condução ao Templo a fim de receber a “luz”.

⁹ Por exemplo, quando Alberto Moreira Barbosa, empregado de comércio, com 22 anos de idade, escolhe, a 21-06-1891, o nome simbólico de Elias Garcia, não lhe deve ter sido estranho o facto de este velho ideólogo republicano ser Grão Mestre da Maçonaria e ter morrido nesse mesmo dia.

hebreus, hunos, normandos e cubanos, todos representados apenas uma vez. Não é de estranhar tal situação. Saía-se havia pouco do *Ultimato* britânico, o que implicou que não fossem contemplados os ingleses senão nas figuras de Shakespeare (escolhido aliás por um artista de nacionalidade americana), Milton (por um agente comercial), Newton (por um empregado de comércio) e William Gladstone*, ainda vivo (por um ourives). Foram ainda eleitos dois irlandeses que se destacaram na luta antibritânica, o poeta Edward Quillinan e o político Charles Stewart Pamell.

Por sua vez, comemorara-se havia ainda pouco o primeiro centenário da Revolução Francesa e vivia-se em época de grande influência francesa. Assim, não é de estranhar que a maioria dos nomes franceses escolhidos se prendessem com a Revolução e com ideais em parte anti-monárquicos e revolucionários, sentidos na cidade do Porto. Era aliás uma forma típica de um pacífico burguês, avesso a políticas e a convulsões, sublimar os seus anseios e as suas mais profundas esperanças.

Se atendermos às épocas históricas dos nomes escolhidos, encontramos a seguinte distribuição.

Nº de ordem	Época Histórica	Portugueses	Estrangeiros	Total
VI	Antiguidade	3	17	20
III	Idade Média	18	6	24
II	Renascimento	20	7	27
VII	Séc. XVI (2ª metade)	10	3	13
VIII	Séc. XVII	4	7	11
IV	Séc. XVIII	5	18	23
I	Séc. XIX	59	30	89
V	Contemporâneos	9	9	18
		128	97	225
	Não identificados	4	6	10
	Indeterminados	2	1	3
		134	104	238
	Mitológicos			5
	Geográficos			1
	Simbólicos			10
	Desconhecidos			10
Total				264 ¹⁰

¹⁰ Houve um maçom que trocou o seu nome de Alves da Veiga (por este ter sido escolhido por outro) por Riego, aparecendo por isso contado nos dois grupos e produzindo a soma de 264.

Saliente-se o lugar ocupado pelas personagens do século XIX e pelos contemporâneos - 40% do total dos nomes simbólicos. Mas não deixa de ser curioso que o segundo lugar fosse preenchido pelos homens do Renascimento - na sua maioria ligados aos descobrimentos -, e o terceiro por gente da Idade Média, reflectindo o peso que a história mais antiga tinha na educação, em detrimento da dos séculos XVII e XVIII. É curioso ainda atentarmos que, tirando a Antiguidade, os nomes simbólicos portugueses, repartidos pelas diferentes épocas históricas, só eram suplantados pelos estrangeiros quando exactamente nos aproximamos desses séculos menos conhecidos - o XVII e o XVIII. É assim patente o sentimento nacionalista manifestado pelos maçons portugueses, em reflexo de toda a geração do seu tempo.

Achamo-nos também perante um acentuado individualismo na escolha do nome simbólico - o que denota certa cultura e heterogeneidade. Dos 254 nomes escolhidos - a que correspondem 188 nomes de personagens, mitológicos, simbólicos ou factos históricos -, apenas 66 (25%) tinham já sido eleitos anteriormente por outra pessoa. Os nomes que ocorriam mais vezes eram: José Estêvão, Vasco da Gama e Luís de Camões, todos eles comuns a quatro obreiros. Com três escolhas achámos: Cícero, Viriato, Pedro Álvares Cabral, Febo Moniz, Francisco de Almada, Brotero, Júlio Dinis, Mata Frades (Joaquim António de Aguiar), Mousinho da Silveira, Passos Manuel, Saldanha e Gambetta; a maior parte pertencendo a um passado próximo e empenhados no combate em prol dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Até findar a década, a Maçonaria portuguesa veio a sofrer alterações que não foram ainda analisadas. Fundaram-se seis novas lojas, das quais nada menos de quatro em 1893, marco importante na história maçónica regional: a *Igualdade* (1893), a *União* (1893), a *Cooperação e Trabalho* (1893), a *Obreiros do Progresso* (1893), a *Ave-Labor* (1895) e a *Aurora da Liberdade* (1898). Mas duas delas, a *União* e a *Cooperação e Trabalho* foram efémeras, desaparecendo logo no ano seguinte ao da sua instalação. Também a *Aurora da Liberdade* não durou mais de dois anos. Além disso, abateram colunas, em 1894, a *Liberdade*, a *Honra e Dever* e a *União Latina* e, em 1895, a *Independência Lusitana*. Assim, ao começar 1900 havia no Porto quatro lojas apenas: a *Independência*, a *Igualdade*, os *Obreiros do Progresso* e a *Ave-Labor*, esta aliás, à beira de extinção. Até à República surgiram ainda uma segunda *União* (1901), a *Luz do Norte* (1902), a *Progridior* (1906) e a *Libertas* (1909), todas elas de longa duração. E, ao que parece, foi só nesta última década que as características da Maçonaria portuguesa se alteraram radicalmente, ganhando uma carga ideológica e política que a aproximou da Maçonaria lisboeta e lhe permitiu enquadrar com sucesso o movimento republicano triunfante em 5 de Outubro de 1910.